

Presentes de Sarney. Só para amigos. 3 DEZ 1989

São muitos, mas o presidente selecionou quatro especiais para oferecer canais de tevê por assinatura. JORNAL DA TARDE

Das quatro concessões de TV por assinatura que o presidente Sarney assinou esta semana, quatro são um presente de Natal para amigos especiais: Roberto Marinho, Matias Machline, Álvaro Pacheco e Paulo César Ferreira. Tais concessões, contudo, devem passar ainda pelo exame do Congresso Nacional, em fevereiro, quando voltar aos trabalhos legislativos. "Se forem justas, serão concedidas", dizia ontem o deputado Álvaro Valle (PL-RJ), vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.

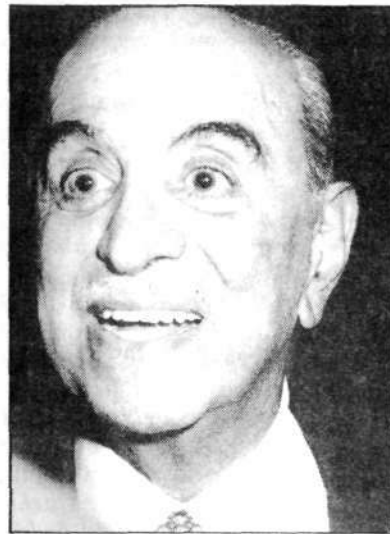
O empresário carioca Paulo César Ferreira, 54 anos, estava radiante com a notícia de que vencerá a concorrência com outros 40 participantes dispostos a investir em torno de 3 milhões de dólares apenas para o início das operações. "O presidente Sarney me deu esse presente de Natal por causa do meu currículo", sustenta Ferreira, que garante não ter feito "politicagem" para conseguir. "Não pedi nada ao ministro Antônio Carlos Magalhães", diz, sustentado no argumento de que não vai a Brasília "há dois anos e meio".

Álvaro Pacheco, que exerce uma suplência de senador pelo PFL do Piauí, esperou quase dois anos por esse presente do amigo José Sarney, mas assegura que só

ganhou a concorrência porque apresentou um projeto que atendia às especificações técnicas do Dentel. Mas, mesmo assim, não está muito satisfeito. "No Brasil, ter uma concessão de rádio ou tevê é prejuízo certo", queixa-se. "Todas as emissoras, com raríssimas exceções, operam no vermelho." Pacheco reconhece, contudo, que a grande disputa pela concessão de canais de rádio e tevê "só interessa a políticos que fazem disso instrumentos de propaganda política".

Pacheco, porém, avisa que quem vai tocar o projeto de sua tevê por assinatura é o filho Álvaro Pacheco Júnior, um administrador de empresas que estudou vídeo na Universidade de Nova York, segundo relato do pai. Ele acredita que Júnior tem experiência suficiente para comandar o negócio que considera de "alto risco". "Nos Estados Unidos e na Europa, as empresas que exploram tevês por assinatura só começaram a contabilizar lucros depois de dez anos de implantação", diz Pacheco. "E nós ainda temos o agravante de sermos pequenos para disputar com a TV Globo, que trará programas de fora para oferecer ao telespectador."

As tevês por assinatura, em que o cadastrado paga determinada quantia por mês em troca do



Matias Machline e Roberto Marinho: muito especiais.

decodificador dos sinais, foram criadas por decreto, em fevereiro de 1988. As concessões são feitas por ato do presidente da República a empresas que preencherem os requisitos previstos nos editais elaborados pelo Ministério das Comunicações. A nova Constituição modificou esses termos — e estabeleceu que os canais só serão concedidos depois que a mensagem presidencial for devidamente apreciada pelo Congresso.

A primeira concessão de tevê por assinatura no Brasil foi em maio de 1988, quando São Paulo

ganhou três canais — um para Roberto Marinho, outro para Matias Machline e outro ainda para a Editora Abril. Agora, são mais dez concessões, que incluem Rio de Janeiro (4), Fortaleza, Rio Grande do Sul (2), Espírito Santo e Distrito Federal. O limite de canais para as tevês por assinatura ainda não está estabelecido por lei, mas um assessor do Ministério das Comunicações calculava ontem que a possibilidade é bem maior do que as concessões normais que, atualmente, têm seu limite fixado em cem canais.

Max: depoimento de sete horas na PF.

Durou sete horas o depoimento do governador do Espírito Santo, Max Mauro (PMDB), à Polícia Federal, ontem, em seu gabinete no Palácio Anchieta, sobre declarações feitas em setembro, quando classificou o governo Sarney como "o mais corrupto da história do País". Os representantes da Polícia Federal chegaram ao Palácio às 11 horas, e só saíram às 18 horas. Pouco antes de iniciar o depoimento, Max afirmou que iria reiterar a denúncia feita durante a inauguração de um presídio no bairro Jardim América, quando disse que era impossível conseguir ajuda do governo Sarney "sem safadezas". Max Mauro estava se referindo, na ocasião, à construção de duas escolas técnicas do Estado, em cuja concorrência, segundo informou, houve fraude. Para o depoimento de ontem, o governador usou cópia de dezenas de volumes da CPI para apuração de denúncias sobre corrupção no governo Sarney, realizada pelo Senado.

Os documentos, segundo fontes ligadas ao Palácio Anchieta,

chegaram ao governador através do senador José Ignácio Ferreira (PSDB/ES), que presidiu a CPI. Max afirmou que no Estado foi feita concorrência pública para a construção de duas escolas técnicas nos municípios de Serra e Colatina. Por ocasião da concorrência, uma das obras, segundo afirmou, custou mais caro do que a outra, embora ambas tivessem as mesmas dimensões. O governador disse ainda que a fraude na concorrência foi para beneficiar a empresa OAS, "de gente ligada ao ministro Antônio Carlos Magalhães". Após a publicação das declarações de Max pela imprensa de Vitória, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, considerou ter havido ofensa ao presidente e determinou, em outubro, que a polícia procurasse confirmar os termos da acusação diretamente com Max Mauro, através de depoimento. Max deverá continuar depondo à Polícia Federal pois está ditando um relatório de 150 páginas. O encontro do governador com os representantes da Polícia Federal não teve participação da imprensa.